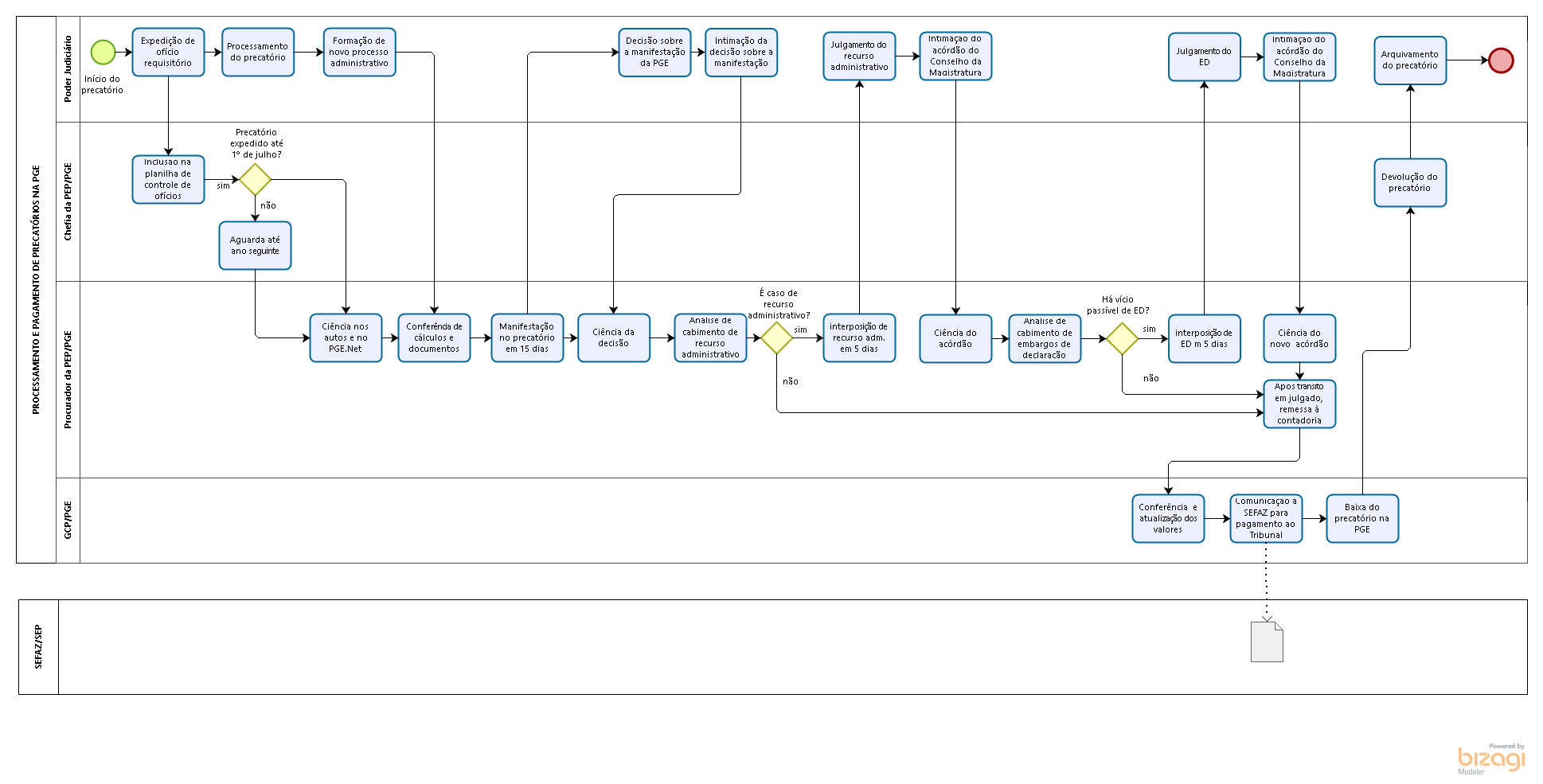
|  |
| --- |
| **NORMA DE PROCEDIMENTO – PGE Nº 002** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tema:** | Processamento e pagamento de precatórios na PGE | | | | |
| **Emitente:** | Procuradoria Geral do Estado - PGE | | | | |
| **Sistema:** | Procuradoria Geral do Estado | | | **Código:** | PGE |
| **Versão:** | 1 | **Aprovação:** | Portaria nº 012-R, de 20/12/18 | **Vigência:** |  |

1. **OBJETIVOS**
   1. Realizar o processamento e pagamento de precatórios na PGE.
2. **ABRANGÊNCIA**
   1. Poder Judiciário
   2. Procuradoria Geral do Estado – PGE
   3. Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ
   4. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP
3. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
   1. Constituição Federal de 1988, art. 100.
   2. Lei Complementar Estadual nº 88/1996, art. 4º, IV, ‘k’; art. 29-A, II e III; e art. 31-B, II;
   3. Resolução CNJ nº 115, art. 7º, § 1º.
4. **DEFINIÇÕES**
   1. **Precatório** – é a requisição de pagamento expedida pelo Poder Judiciário para cobrar de Municípios, Estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva.
   2. **PGE.Net** - Sistema de informática utilizado pela PGE para o controle e emissão de documentos e peças processuais dos processos judiciais e administrativos.
   3. **Ofício requisitório – documento expedido pelo Poder Judiciário após o** trânsito em julgado de uma decisão judicial, o qual objetiva confirmar uma dívida entre um ente público e uma pessoa, seja ela física ou jurídica, além de favorecer um determinado valor de dinheiro para o credor, dando início **ao precatório.**
   4. **Acórdão** - Decisão do [órgão colegiado](https://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%93rg%C3%A3o_colegiado) de um [tribunal](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tribunal) (câmara, turma, secção, órgão especial, plenário, etc.).
   5. **Conselho da Magistratura** - Órgão disciplinar máximo da 1ª instância e de planejamento da organização e administração judiciária em 1ª e 2ª instâncias.
   6. **Embargos de declaração –** Espéciede recurso utilizado em processos judiciais ou administrativos para se pedir esclarecimento sobre algum ponto (dúvida, omissão ou contradição) de uma decisão proferida.
   7. **Trânsito em julgado -** Expressão utilizada para indicar que não cabe mais recurso contra decisão judicial porque as partes não apresentaram o recurso no prazo em que a lei estabeleceu ou porque a hipótese jurídica não admite mais interposição de pedido de reexame daquela matéria.
   8. **PEP/PGE - Procuradoria de Execução e Precatório PGE** – Setorial responsável por representar judicialmente o Estado, suas autarquias e fundações públicas, nas execuções por quantia certa instauradas contra a Fazenda Pública. Defende os interesses do Estado, suas autarquias e fundações públicas, no processamento e pagamento de precatórios junto aos Tribunais com jurisdição sobre o Estado. Mantem o registro cadastral e de pagamentos de todos os precatórios da Administração Direta e Indireta, para fins de controle, verificação dos pagamentos e conferência da ordem em que serão realizados e exerce outras atividades correlatas.
   9. **GCP/PGE - Gerência de Cálculos e Perícias da PGE** – Setor da PGE responsável pela elaboração de cálculos e perícias contábeis.
5. **UNIDADES FUNCIONAIS ENVOLVIDAS**
   1. PEP/PGE – Procuradoria de Execuções e Precatórios da PGE
   2. SPGA/PGE- Subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos da PGE
   3. GCP/PGE - Gerência de Cálculos e Perícias da PGE
   4. Poder Judiciário
   5. SEFAZ
   6. SEP
6. **PROCEDIMENTOS** 
   1. Para o processamento e pagamento de precatórios pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, o seguinte fluxograma deve ser seguido:



* + 1. [Expedição de ofício requisitório](#_Toc256000006) 
       1. Processamento do precatório
          1. Formação de novo processo administrativo
       2. [Inclusão na planilha de controle de ofícios](#_Toc256000007)

Se o precatório tiver sido expedido até 1º de julho (Resolução CNJ nº 115, art. 7º, § 1º), seguir para o item 6.1.1.3

Se o precatório tiver sido expedido após 1º de julho:

* + - * 1. [Aguardar até ano seguinte](#_Toc256000036)
      1. [Ciência nos autos e no PGE.Net](#_Toc256000010)
    1. [Conferência de cálculos e documentos](#_Toc256000011)
    2. [Manifestação no precatório em 15 dias](#_Toc256000013) 
       1. [Decisão sobre a manifestação da PGE](#_Toc256000034)
       2. Intimação da decisão sobre a manifestação
    3. Ciência do acórdão
    4. Análise de cabimento de recurso administrativo

Se não couber [recurso administrativo, seguir para o item 6.1.5.6.](#_Toc256000016)

Se couber recurso administrativo[:](#_Toc256000016)

* + - 1. [Interposição de recurso adm. em 5 dias](#_Toc256000017)
      2. [Julgamento do recurso administrativo](#_Toc256000018)
      3. [Intimação do acórdão do Conselho da Magistratura](#_Toc256000019)
      4. [Ciência do acórdão](#_Toc256000020)
      5. Análise do cabimento de embargos de declaração

Se não houver vício passível de ED, seguir para o item 6.1.5.6

[Se houver vício passível de ED](#_Toc256000022)

* + - * 1. [Interposição de ED em 5 dias](#_Toc256000023)
        2. [Julgamento do ED](#_Toc256000024)
        3. [Intimação do acórdão do Conselho da Magistratura](#_Toc256000025)
        4. [Ciência do novo acórdão](#_Toc256000026)
      1. [Após trânsito em julgado, remessa à contadoria](#_Toc256000027)
    1. [Conferência e atualização dos valores](#_Toc256000028)
    2. [Comunicação à SEFAZ para pagamento ao Tribunal](#_Toc256000029)
    3. [Baixa do precatório na PGE](#_Toc256000030)
    4. [Devolução do precatório](#_Toc256000031)
    5. [Arquivamento do precatório](#_Toc256000032)

1. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS**
   1. Não aplicável.
2. **ANEXOS**
   1. Não aplicável.
3. **ASSINATURAS**

|  |  |
| --- | --- |
| **EQUIPE DE ELABORAÇÃO:** | |
| **Carolina Bonadiman Esteves**  Procuradora do Estado | Elaborado em 30.04.2018 |
| **APROVAÇÃO:** | |
| **Alexandre Nogueira Alves**  Procurador Geral do Estado | Aprovado em 20.12.2018 |